

# Os olhos bem abertos

Luiz Carlos Lisboa

Quando o entendimento político ganhou prioridade no governo Collor, abandonadas as tentativas de dar vida ao pacto social, ficou claro para os observadores da vida brasileira que as dificuldades haviam feito uma escalada insuportável para os planos do presidente da República e sua equipe. Esses obstáculos-são os baluartes da inflação e se constituem de bolsões corporativistas que no seu exacerbado *esprit de corps* impedem qualquer mudança no organismo adoentado do País. Os sintomas visíveis no último fim de semana, sumidos no noticiário em meio aos mísseis e à conspiração ecológica da guerra do Golfo eram as escaramuças no Congresso para eleger seu futuro presidente e a resistência guerrilheira da gente dos privilégios e das vantagens cartoriais para evitar a regeneração do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobrás, por exemplo e principalmente.

O governo federal decidiu oferecer o que puder à fome dos leões da política, sem destruir completamente o próprio plano ou afundar na *sarneyização* da economia e da administração. A guerra contra a inflação reincidente exige agora habilidade, depois de haver pedido disposição de luta. O tempo e as dificuldades ensinaram que as margens de negociação são mais amplas do que pareciam no ardor dos primeiros instantes de combate. Assim, o diálogo com os futuros governadores começou pelo mais difícil, o do Rio de Janeiro, para caminhar depois na direção de outros menos teimosos, como o eleito na Bahia, que dizem ter reivindicações na área do Banco do Brasil que visam frear o carro das reformas necessárias. O Brasil Velho mostra um poder surpreendente, mas não o mostra de um jeito impopular e *old fashioned*, pelo contrário. As resistências à decisão do governo emergem com um rosto progressista, com uma feição humanitária, com ares de tolerância e compaixão. Os rapazes do Banco do Brasil têm nos deputados, senadores e governadores defensores naturalmente desinteressados, que se opõem ao fechamento de agências como recusam qualquer demissão em qualquer estatal poderosíssima. No Brasil Velho, essas coisas faziam vir lágrimas aos olhos, mas agora é mais difícil, há apenas argumentos embebidos em compreensão humana.

O Congresso que fez a Constituição vigente está nos seus últimos dias, afundando na certeza de que ao menos foi coerente. A eleição do presidente da Câmara confirma sua íntima realidade: o poder de nomear é fundamental para quem nomeia, mas nada significa para o País. A convocação extraordinária dos congressistas foi a oportunidade desperdiçada pela legislatura mais acusada de quantas passaram por Brasília. O que interessa à Nação, a moralização legislativa, não entra nunca na pauta das sessões, porque esse é o calcanhar-de-aquiles do Congresso. A eleição dos presidentes da Câmara e

do Senado é questão de poder e jogo de dominação e de controle das vantagens que podem ser obtidas no Legislativo. Que ninguém acredite que é do interesse desse ou daquele partido político a escolha daquele ou desse venerável senhor para convocar e encerrar sessões. É essa mentalidade que o eleitorado quis tocar para longe nas duas últimas eleições, e ainda é cedo para dizer se teve sucesso neste pleito mais recente, uma vez que a nova legislatura ainda não deu o ar da sua graça. Assim, o entendimento político ganhou prioridade no governo Collor porque o Brasil Antigo mostrou seus dentes, ajudado pela "cultura inflacionária", sua filha e irmã. Fatores naturais e artificiais somaram-se para chamar o governo às falas, na visão dos "brasileiros antigos". Neste país é preciso ir mais devagar, dizem os esperitos profissionais, acrescentando: se é que se trata de ir a algum lugar.

Pois a imobilidade é o sonho desses baluartes do império cartorial, que de adiamento em adiamento conhecem a ventura de permanecer tal como sempre foram, protegidos da chuva e do vento, enquanto a inflação galopa e as desigualdades vicejam. "Entendimento político" pode ter dois ou três significados. Um deles é amansar os políticos que desejam faturar eleitoralmente em prejuízo da Nação, se é que seus interesses são domesticáveis. Outro é mostrar aos mesmos senhores que o povo tem agora uma veia vindicadora, o que torna perigoso negociar como antigamente os interesses nacionais. Um terceiro significado seria perder o acessório para preservar o essencial, e aqui cabe perguntar o que é o principal para o governo. Enquanto isso, é bom contribuir para delinear claramente os papéis dos grandes atores do drama nacional: os defensores dos antigos privilégios cobiçam o poder como fonte de manipulação; o governo quer preservar sua imagem e consagrar-se como revolucionário no verdadeiro sentido da palavra, criando um Brasil Novo, mas ainda não aprendeu o caminho para Xangrilá; o povo que vota começa a entender esse mecanismo a princípio complexo, mas afinal muito simples, como tudo que é humano.

Quando o governo se torna hábil porque não encontra passagem para as suas metas, é hora de preocupação. Mas o antídoto para essa crise está no ar, na forma de mais e melhor informação. Hoje são mais numerosos que ontem os que começam a entender o significado do oportunismo, da esperteza e da demagogia, venham de que lado do espectro político vierem. Amanhã eles serão muito mais numerosos, porque esse é o processo dos tempos que estamos vivendo. Enquanto isso acontece, é uma boa tarefa manter os olhos de todos, inclusive os nossos, bem abertos.